

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

**Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2018**



Eletrobras
CGTEE

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE
Candiota - RS

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE ("Companhia") em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas selecionadas.

A administração Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1).

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras intermediárias, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 362.259 mil durante o semestre findo em 30 de junho de 2018 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.906.337 mil e, possui patrimônio líquido negativo em R\$ 3.885.740 mil. Conforme apresentado na nota explicativa 1, esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

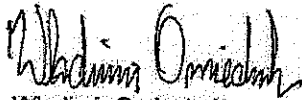
Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, uma vez que não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas tomadas em conjunto.

Restrição de uso e distribuição

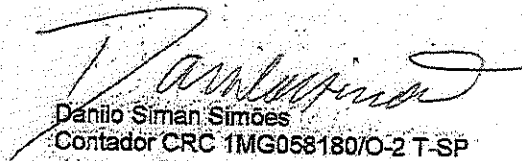
Este relatório foi preparado para fins de elaboração das Informações Trimestrais - ITR das Centrais Elétricas do Brasil S.A. - Eletrobras e é para uso exclusivo da Administração da Companhia e de seus auditores independentes e não deve ser apresentado ou distribuído para terceiros.

Porto Alegre, 10 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7



Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2



Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

Demonstrações financeiras intermediárias

Balances patrimoniais intermediários	4
Demonstrações intermediárias do resultado.....	5
Demonstrações intermediárias do resultado abrangente.....	6
Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa	8
Demonstrações intermediárias do valor adicionado	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias	10
1 Informações gerais	10
2 Desempenho operacional (*)	13
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	14
4 Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias.....	20
5 Caixa e equivalentes de caixa	21
6 Clientes.....	22
7 Tributos a recuperar.....	23
8 Direito de ressarcimento – CCC / CDE.....	24
9 Almoxarifado.....	25
10 Imobilizado.....	26
11 Intangível	29
12 Fornecedores.....	30
13 Financiamentos e empréstimos.....	31
14 Tributos e contribuições sociais a recolher	33
15 Encargos setoriais	33
16 Obrigações estimadas	34
17 Provisão para contingências.....	34
18 Benefícios pós-emprego	43
19 Remuneração aos acionistas.....	44
20 Adiantamento para futuro aumento de capital	45
21 Outros passivos	45
22 Imposto de renda e contribuição social.....	46
23 Patrimônio líquido	48
24 Receita operacional líquida.....	49
25 Custos e despesas operacionais	50
26 Resultado financeiro	51
27 Remuneração do pessoal-chave da administração	52
28 Instrumentos financeiros.....	52
29 Estimativa do valor justo	53
30 Gestão de capital.....	55
31 Gestão de risco financeiro	55
32 Análise de sensibilidade	59
33 Saldos e transações com partes relacionadas	60
34 Compromissos operacionais de longo prazo	61

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Balanços patrimoniais intermediários em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

BALANÇOS PATRIMONIAIS INTERMEDIÁRIOS

ATIVO	Nota	30/06/2018	31/12/2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.477	59.984	Fornecedores	12	83.852	84.581
Clientes	6	96.929	98.388	Financiamentos e empréstimos	13	1.211.758	967.773
Tributos a recuperar	7	2.284	1.890	Tributos e contribuições sociais a recolher	14	95.161	64.966
Direito de Ressarcimento - CCC/CDE	8	31.141	13.279	Obrigações estimadas	16	7.358	9.323
Almoxarifado	9	16.904	20.814	Encargos setoriais	15	20.089	28.916
Outros ativos		4.705	4.019	Provisões para contingências	17	512.871	462.703
Total do circulante		<u>170.440</u>	<u>198.374</u>	Benefícios pós-emprego	18	2.801	12.265
				Remuneração aos acionistas	19	96.829	93.894
				Outros passivos	21	46.058	42.138
				Total do circulante		<u>2.076.777</u>	<u>1.766.559</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Direito de Ressarcimento - CCC/CDE	8	32.713	32.713	Fornecedores	12	16.555	16.555
Tributos a recuperar	7	24.480	24.495	Financiamentos e empréstimos	13	1.958.783	2.054.865
Almoxarifado	9	200.636	197.368	Benefícios pós-emprego	18	4.761	4.231
Depósitos judiciais	17	17.323	15.444	Adiantamento para futuro aumento de capital	20	897.487	781.655
Imobilizado	10	695.224	704.025	Provisão para passivo atuarial	18.1	74.002	74.002
Intangível	11	1.809	1.967	Total do não circulante		<u>2.951.588</u>	<u>2.931.308</u>
Total do não circulante		<u>972.185</u>	<u>976.012</u>				
				Total do passivo		<u>5.028.365</u>	<u>4.697.867</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A			
				DESCOBERTO)			
				Capital social		845.510	845.510
				Ajustes de avaliação patrimonial		(110.214)	(110.214)
				Prejuízos acumulados		(4.621.036)	(4.258.777)
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	23	<u>(3.885.740)</u>	<u>(3.523.481)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.142.625</u>	<u>1.174.386</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.142.625</u>	<u>1.174.386</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações intermediárias do resultado do período

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

Em milhares de reais

DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO

	Nota	30/06/2018	2º trim 2018	30/06/2017	2º trim 2017
Receita operacional líquida	24	181.534	106.809	202.175	96.772
Custo e despesa operacionais	25	(332.976)	(175.294)	(435.448)	(242.326)
Energia elétrica comprada para revenda		(105.130)	(52.632)	(105.138)	(52.118)
Encargos de uso da rede de transmissão		(23.834)	(11.910)	(23.471)	(11.540)
Pessoal		(36.619)	(9.484)	(104.961)	(77.985)
Material		(36.758)	(20.552)	(31.054)	(18.000)
Serviço de terceiros		(18.667)	(9.593)	(31.084)	(13.587)
Depreciação e amortização		(28.995)	(14.451)	(31.840)	(13.186)
Combustíveis para produção de energia		(59.384)	(27.812)	(66.708)	(34.675)
(-) Recuperação de despesas - subvenção de combustíveis		49.690	23.733	48.367	25.795
Outros		(73.279)	(52.593)	(89.559)	(47.030)
Resultado do serviço de energia elétrica		(151.442)	(68.485)	(233.273)	(145.554)
Outras receitas/despesas		256	254	271	1
Resultado financeiro	26	(211.073)	(119.297)	(272.543)	(124.442)
Receita financeira		1.392	456	3.369	991
Despesa financeira		(212.465)	(119.753)	(275.912)	(125.433)
Resultado antes IR e CSLL		(362.259)	(187.528)	(505.545)	(269.995)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-
Prejuízo do período		(362.259)	(187.528)	(505.545)	(269.995)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações intermediárias do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

Em milhares de reais

DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO ABRANGENTE

	<u>30/06/2018</u>	<u>2º trim 2018</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>2º trim 2017</u>
Prejuízo do período	<u>(362.259)</u>	<u>(187.528)</u>	<u>(505.545)</u>	<u>(269.995)</u>
Ganho(perdas) atuarial do período	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	<u>(362.259)</u>	<u>(187.528)</u>	<u>(505.545)</u>	<u>(269.995)</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

Em milhares de reais

DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	845.510	(110.310)	2.596	(3.090.917)	(2.353.121)
Prejuízo do período	-	-	-	(505.545)	(505.545)
Saldo em 30 de junho de 2017	845.510	(110.310)	2.596	(3.596.462)	(2.858.666)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	845.510	(110.214)	-	(4.258.777)	(3.523.481)
Prejuízo do período	-	-	-	(362.259)	(362.259)
Saldo em 30 de Junho de 2018	845.510	(110.214)	-	(4.621.036)	(3.885.740)

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

Em milhares de reais

DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DOS FLUXOS DE CAIXA

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado antes dos impostos	(362.259)	(505.545)
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>(362.259)</u>	<u>(505.545)</u>
Ajustes no resultado por:		
Depreciação e amortização	31.310	33.557
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	5
Encargos financeiros apropriados	209.373	240.759
Encargos financeiros sobre dividendos não distribuídos	2.935	4.831
Variações monetárias / cambiais líquidas	-	(23)
Provisão para contingências	50.168	74.719
Total de ajustes	<u>293.786</u>	<u>353.848</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
(Aumento) Redução em clientes	1.459	22.998
(Aumento) Redução em tributos a recuperar	(2.694)	2.369
(Aumento) Redução em cauções e depósitos vinculados	(1.880)	(3.507)
(Aumento) Redução em direito de ressarcimento	(17.862)	(10.724)
(Aumento) Redução em almoxarifado	642	(8.815)
(Aumento) Redução em outros ativos	(686)	(4.453)
Aumento (Redução) em fornecedores	56.532	40.823
Aumento (Redução) em tributos a recolher	3.749	17.971
Aumento (Redução) em obrigações estimadas	(1.964)	(1.073)
Aumento (Redução) em encargos setoriais	(8.827)	5.775
Aumento (Redução) em outros passivos	(4.963)	46.579
Total de variações	<u>23.506</u>	<u>107.943</u>
Pagamento de encargos financeiros	-	(184)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(44.967)</u>	<u>(43.938)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de ativo imobilizado	(22.310)	(2.075)
Aquisições de ativo intangível	(44)	(290)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(22.354)</u>	<u>(2.365)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingresso de adiantamento para futuro aumento de capital	28.333	-
Ingressos de financiamentos e empréstimos	-	8.576
Amortização do principal de financiamentos e empréstimos	(2.519)	(4.871)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>25.814</u>	<u>3.705</u>
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(41.507)</u>	<u>(42.598)</u>
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	18.477	13.409
Saldo inicial de caixa e equivalente de caixa	<u>59.984</u>	<u>56.007</u>
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(41.507)</u>	<u>(42.598)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

Em milhares de reais

DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO VALOR ADICIONADO

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
RECEITAS		
Suprimento de energia elétrica	207.613	225.800
Outras receitas operacionais	1.623	1.171
	<u>209.236</u>	<u>226.971</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)		
Energia elétrica comprada para revenda	(105.130)	(105.138)
Serviços de terceiros	(18.667)	(31.084)
Materiais	(36.758)	(31.054)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(59.384)	(66.708)
(-) Recuperação de despesas - subvenção combustíveis	49.690	48.367
Outros custos operacionais	(96.062)	(111.352)
	<u>(266.311)</u>	<u>(296.969)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(57.075)</u>	<u>(69.998)</u>
Quotas de reintegração (depreciação e amortização)	(28.995)	(31.840)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(86.070)</u>	<u>(101.838)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	1.392	3.369
Outras receitas - aluguéis	12	12
	<u>1.404</u>	<u>3.381</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>(84.666)</u>	<u>(98.457)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Colaboradores	29.604	93.834
Governo	35.746	37.211
Agentes financeiros e aluguéis	212.243	276.043
Retenção/distribuição de prejuízo do exercício	(362.259)	(505.545)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>(84.666)</u>	<u>(98.457)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE ("Companhia" ou "Eletrobras CGTEE"), é uma sociedade de economia mista integrante do grupo controlado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("controladora" ou "Eletrobras"). Foi constituída em 28 de julho de 1997, e está inscrita no CNPJ sob o nº 02.016.507/0001-69.

A Companhia tem sede e Foro na cidade de Porto Alegre - capital do Estado do Rio Grande do Sul, podendo, a critério da Diretoria, criar sucursais, filiais, agências e escritórios nesta mesma cidade ou em qualquer outra parte do território nacional ou estrangeiro, observada a legislação vigente.

A Companhia tem por objeto social, conforme o seu estatuto:

- (a) realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras de energia elétrica, de instalações de transmissão e de transformação de energia elétrica e serviços correlatos, inclusive sistemas de informática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, podendo participar de outras sociedades para a realização de seus objetivos sociais, observada a legislação vigente;
- (b) desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de produção, transformação e transmissão de energia elétrica, inclusive: transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de planejamento, operação, manutenção de instalações elétricas, reparos e conservação de peças e equipamentos de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de autoprodutor e produtor independente, com a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios, visando a maior eficiência no uso da eletricidade;
- (c) integrar grupos de estudo, consórcios, grupos de sociedade ou quaisquer outras formas associativas com vista a pesquisas de interesse do setor energético, à formação de pessoal técnico a ela necessário, bem como à prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro a outras empresas;

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (d) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedade, com ou sem aporte de recursos, no Brasil ou no exterior, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da produção de energia elétrica sob o regime de concessão ou autorização, direta ou indiretamente;
- (e) comercializar, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da Empresa;
- (f) principal atividade operacional: Através Portaria MME nº 304, de 17 de setembro de 2008, detém autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Candiota III (Fase C), localizada no Município de Candiota, com capacidade instalada de 350 MW. A unidade foi implantada e entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2011. A energia gerada pela usina foi comercializada no Leilão de Energia, Edital ANEEL 002-2005, realizado em 16 de dezembro de 2005, para suprimento a 31 distribuidoras de todo o País, pelo período de 15 anos, de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2024. Esta usina não será afetada pela Lei nº 12.783/2013.

Reestruturação societária entre Eletrobras CGTEE e Eletrobras ELETROSUL

Em 29 de setembro de 2017 a Eletrobras, em comunicado de fato relevante, informou aos acionistas e ao mercado que seu Conselho de Administração aprovou o início da reestruturação societária entre Eletrobras CGTEE e Eletrobras ELETROSUL, visando à obtenção de sinergia operacional, tributária, econômico-financeira e societária, conforme diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) 2017-2021. E, a conclusão da referida reestruturação societária dependerá da observância das exigências legais e contratuais aplicáveis e aprovações pelos órgãos regulatórios e governamentais.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Situação financeira

A Companhia apresentou, em 30 de junho de 2018, um prejuízo de R\$ 362.259, ante um prejuízo de R\$ 505.545 em 30 de junho de 2017. Os resultados apresentados no período determinaram um passivo a descoberto em R\$ 3.885.740 em 30 de junho de 2018 (R\$ 3.523.480 em 31 de dezembro de 2017)

Os resultados apresentados em 30 de junho de 2018 tiveram como principais causas:

- A receita operacional líquida apresentou uma redução de 10,21% em relação ao mesmo período de 2017 devido a redução contratual em 30% da energia vendida. A Companhia ficou menos exposta a penalidades em função de dificuldades na geração de energia na UTE Candiota III (Fase C), embora tivesse uma redução na receita fixa dos contratos.

- Redução dos custos e despesas operacionais em 23,53% em comparação ao mesmo período de 2017.

O ponto que contribuiu para a redução nas despesas operacionais foi o item Serviços de Terceiros em 39,95% com relação ao exercício de 2017, resultante de renegociação de contratos terceirizados pela paralização das atividades da UPME.

- O resultado financeiro apresentou um déficit de R\$ 211.073 em 30 junho de 2018, representando uma diminuição de 22,55% do déficit verificado nos primeiros seis meses de 2017 (272.543 em 30 junho de 2017) resultante da redução da taxa de juros.

O total do passivo circulante, em 30 de junho de 2018, foi de R\$ 2.076.777 (R\$ 1.766.559 em 31 de dezembro de 2017). Deste total, R\$ 1.308.587 (R\$ 1.061.667 em 31 de dezembro de 2017) são referentes ao financiamento da UTE Candiota III (Fase C), dividendos não distribuídos e demais empréstimos para custeio contraídos junto a Eletrobras.

Para as principais atividades de investimentos planejadas, a Companhia conta com o apoio financeiro da Eletrobras, através do financiamento de obras via empréstimos e pela integralização de recursos destinados ao aumento de capital social (AFAC).

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Diante do quadro atual, a Companhia mantém tratativas permanentes junto a holding para viabilizar ações que possibilitem a sua recuperação técnica e financeira, onde neste sentido houve a aprovação do Plano de Negócios pelo Conselho de Administração para o período de 2018 a 2022.

Histórico das unidade geradoras:

- UTE Candiota III (Fase C): A CGTEE planeja um *overhaul* para a revisão dos parâmetros técnicos operacionais da UTE Candiota III, o que irá gerar uma melhora de performance da UTE, sinalizando possibilidades de acréscimo de receitas para os próximos exercícios.
- Cabe ainda destacar que a Eletrobras CGTEE está tendo todo o suporte financeiro da *holding* para execução de suas atividades operacionais, bem como para seus investimentos futuros necessários.

2 DESEMPENHO OPERACIONAL (*)

A geração total de energia elétrica da Eletrobras CGTEE no 1º semestre de 2018 foi de 783,934 GWh (765.350 GWh em 2017). Houve acréscimo na geração total da Eletrobras CGTEE no 1º semestre de 2018 em cerca de 2,48%, comparando-se o mesmo período do ano anterior e este acréscimo foi resultante da melhor performance da UTE Candiota III em comparação ao 1º semestre de 2017. Em 2018 encontra-se em operação somente a UTE Candiota III, visto que as demais Usinas (Presidente Médici, São Jerônimo e Nutepa) encontram-se com as suas operações comerciais suspensas pela ANEEL.

Em função do volume de venda dos contratos de energia, associado com a entrada em eficácia dos novos valores de garantia física, válidos desde janeiro de 2008, e os problemas técnicos enfrentados pelas Usinas, a Companhia vinha sofrendo penalidades por insuficiência de lastro perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Desde fevereiro de 2009, para solucionar este problema a Companhia vem adquirindo sistematicamente montantes de energia, através da participação em leilões de compra e venda de energia. As aquisições de energia foram mantidas no 1º semestre de 2018 no qual foram adquiridos 586,575 GWh.

No 1º semestre de 2018 a Companhia adotou a estratégia de descontratar parcialmente sua energia vendida no ACR o que reduziu a necessidade de garantia física e as sobras de energia puderam ser ofertadas em leilões ex-post no ACL.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

A Disponibilidade Geral das Unidades da Eletrobras CGTEE (DISPGR) no período de janeiro a junho de 2018 foi de 70,36% (33,72% no mesmo período do ano anterior), o DISPGR é calculado com base na comparação entre os índices de TEIF e TEIP verificados mensalmente pelo NOS e os índices TEIF e TEIP de referência.

A disponibilidade de 2018 ficou superior ao mesmo período de 2017 em função da melhor performance da UTE Candiota III e retirada de operação comercial da Usina Presidente Médici.

2.1 Das concessões de serviço público de energia elétrica

A Companhia detém autorizações de serviço público de energia elétrica junto à ANEEL, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimentos estão listados a seguir:

Usinas termelétricas	Capacidade instalada (MW) (ii)	Data da concessão / autorização	Data de encerramento
UTE Candiota III (Fase C) (i)	350	18/07/2006	17/07/2041

(i) Autorização conforme Portaria MME nº 304/2008 de 17 de setembro de 2008.

(ii) Dados não auditados pelo auditor independente.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Salvo pelas novas políticas contábeis, estimativas e julgamentos relacionados a adoção da CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros e CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, que estão descritas no item 3.1.2 desta nota.

Essas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1. Base de preparação

A preparação de informações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia, no processo de aplicação das políticas contábeis do Sistema Eletrobras. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na Nota 4.

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e alguns ativos vinculados a concessões que foram mensurados pelo valor novo de reposição – VNR (geradoras e transmissoras) ou pela Base de Remuneração Regulatória – BRR (distribuidoras). O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

3.1.1 Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias individuais, e as informações financeiras intermediárias consolidadas são apresentadas pela controladora e identificadas como Consolidado da Eletrobras, preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 Interim Financial Reporting, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis à elaboração de informações financeiras intermediárias - ITR. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.1.2 – Adoção de novas normas e interpretações

A Companhia adotou as normas do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (a) e CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes (b) que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018. A Companhia não estendeu a aplicação aos requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado.

(a) CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Classificação e Mensuração

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, aqueles: Custo amortizado (CA), Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e Valor justo por meio do resultado (VJR). Sendo eliminado as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, mensurados pelo valor justo por meio de resultado e disponíveis para venda.

Tal classificação é baseada, em duas condições: (i) o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto (*Solely payments of principal and interest – SPPI*).

Em suma, os modelos de negócios são divididos em três categorias apresentados a seguir:

	Modelo	Contexto
1	Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais	Os que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
2	Manter tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros	Aqueles que demonstram como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.
3	Demais Modelos de Negócio para os instrumentos financeiros	Aqueles que não se enquadram em nenhum dos dois modelos anteriores.

Avaliação do modelo de negócio – A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócio considerando o melhor retrato da maneira como ela gerencia suas carteiras de ativos

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiros e até que ponto os fluxos de caixa destes ativos são gerados unicamente pelo recebimento dos fluxos contratuais, pela venda dos mesmos ou por ambos.

Características contratuais do fluxo de caixa – os fluxos de caixa contratuais cujos recebimentos são exclusivos de principal e de juros sobre o principal indicam um empréstimo básico em que as parcelas e o risco de crédito normalmente são os elementos mais significativos dos juros.

Os juros incluem, além do valor temporal do dinheiro, a compensação pelo risco de crédito e outros riscos e custos básicos de empréstimo, bem como margem de lucro. Entretanto, nesse acordo, os juros também podem ser formados levando-se em consideração outros componentes como risco de liquidez, custos administrativos, *spread* da instituição financeira.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se as categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros:

Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 30/06/2018
		204.364	179.261
Recebíveis	Valor Justo por Meio de Resultado	59.984	18.477
Recebíveis	Custo Amortizado	98.388	96.929
Recebíveis	Custo Amortizado	45.992	63.855

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Redução no valor recuperável (*impairment*) – Ativos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 substituiu a abordagem de perda incorrida do CPC 38/IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada.

O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA.

Mensuração das provisões para perdas de acordo com as seguintes bases:

	CPC 48/IFRS 9
Perdas de crédito esperadas para 12 meses	Aquelas que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço
Perdas de crédito esperadas para a vida inteira	Aquelas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia adotou a abordagem simplificada e realizou o cálculo de perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro.

É considerado pela Companhia um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido conforme regras da companhia.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Como Reflexos da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018 a Companhia não teve alteração em suas provisões, visto que seus ativos passíveis de PCLD, são regulados e recebidos de forma integral, sendo garantido pelo Regulador (ANEEL).

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impactos Adoção Inicial CPC 48/ IFRS 9	31/12/2017 - CPC 38/IAS 39	Impacto	30/06/2018 - CPC 48/IFRS 9
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	648	-	648
Total de perdas por redução ao valor recuperável	648	-	648

(b) CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo a IAS 18 Receita, a IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Não aplicando os requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado, conforme opção prevista na norma.

As novas exigências de divulgação visam ajudar os usuários das demonstrações financeiras a entender a natureza, o montante, o momento e a incerteza em relação à receita e aos fluxos de caixa decorrentes de contratos com clientes.

A Companhia aplicou um modelo de cinco etapas para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

As 5 etapas para reconhecimento de receita são as seguintes;

	1	2	3	4	5
Passos para reconhecimento da receita	Identificar o contrato	Identificar as obrigações de desempenho	Determinação do preço da transação	Alocar o preço da transação	Reconhecer a Receita

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia é fornecida, mediante a multiplicação do consumo faturado medido pela tarifa vigente, além de reconhecer a receita não faturada através de estimativa, correspondente ao do consumo de energia medido na data da última leitura e o encerramento do período das demonstrações financeiras.

A norma determina que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deixaram de ter as respectivas receitas reconhecidas.

Não houve impactos da adoção do CPC 47/IFRS 15 nas Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2018.

4 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

4.1 Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor, bem como o valor justo para alguns ativos e passivos financeiros, compreendendo as disposições da legislação societária previstas na Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 11.638/07, Lei 11.941/09, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), bem como os demais pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) vigentes em 30 de junho de 2018.

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua, ou seja, a “moeda funcional”.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil – CPC 21 (R1) “Demonstrações intermediárias”.

As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são consistentes com o praticado na preparação das demonstrações financeiras do exercício em 31 de dezembro de 2017, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 16 Abril de 2018. As demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

A Diretoria Executiva da Companhia tomou ciência do presente relatório das demonstrações financeiras intermediárias apuradas com data base em 30 de Junho de 2018 na reunião do dia 09 de Agosto de 2018.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	2.371	7.477
Aplicações financeiras	16.106	52.507
Total	<u>18.477</u>	<u>59.984</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 CLIENTES

A Companhia comercializa em leilões a energia elétrica produzida. O saldo a receber em 30 de junho de 2018 foi o seguinte:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
4º Leilão CCEAR Energia existente - 2009/2016	-	-
1º Leilão CCEAR Energia nova - 2010/2024	10.703	3.690
Previsão energia de curto prazo	32.899	52.807
Previsão receita 1º leilão	16.254	11.638
Receita no ACL	37.073	30.189
Renegociações	-	64
Outros	648	648
(-) PDD	(648)	(648)
Total	<u>96.929</u>	<u>98.388</u>

A Companhia efetua lançamento de previsão de receita de energia nas operações de curto prazo, quando há, para adequação ao regime de competência do saldo a receber de clientes.

A composição, por vencimento, está demonstrada a seguir:

	<u>Vincendos</u>	<u>Vencidos até 90 dias</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>	<u>30/06/2018</u>
Suprimento de energia	96.929	-	648	97.577
(-) PDD	-	-	(648)	(648)
Total	<u>96.929</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>96.929</u>

O saldo de clientes é o valor justo por representar o valor pelo qual a geração de energia da Companhia foi negociada via leilões e dentro dos regramentos contratuais da CCEE, e será liquidado entre partes interessadas com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

O saldo não teve ajuste a valor presente por representar efetivamente o montante a ser recebido, e não contém índices ou taxas de desconto para pagamentos antecipados.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de suprimento de energia são dados em garantia para as operações de empréstimos e financiamentos tomadas junto a Eletrobras.

7 TRIBUTOS A RECUPERAR

TRIBUTOS A RECUPERAR	30/06/2018	31/12/2017
IRPJ/CSLL a recuperar	254	208
IR retido na fonte	1.329	1.027
PIS/PASEP/COFINS a recuperar - Lei 11.196/05 (i)	-	30
PIS/PASEP /COFINS retido na fonte - Lei 10833/03 art. 34	434	358
IPI a Recuperar	81	81
Outros	186	186
Total Circulante	2.284	1.890
ICMS a recuperar (i)	24.480	24.495
Total Não Circulante	24.480	24.495
Total	26.764	26.385

(i) ICMS a recuperar

Os créditos fiscais de ICMS, no ativo não circulante, no valor de R\$ 24.480 em 30 de junho de 2018 (R\$ 24.495 em 31 de dezembro de 2017), originaram-se, principalmente, das operações de compra de cal e outros insumos utilizados no processo produtivo. Atualmente, o ICMS sobre as saídas por venda de energia elétrica para as concessionárias é diferido, conforme Livro III, art. 1º do regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul.

Entretanto, esses créditos poderão ser realizados através da compensação com pagamentos devidos pela importação de materiais, insumos (como a cal), equipamentos em novos projetos ou no projeto de *overhaul* da UTE Candiota III – Fase C com a CITIC, que consiste na manutenção de grande porte que ocorrerá durante o ano de 2018, objetivando a recuperação no rendimento e confiabilidade da Unidade Geradora.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base na legislação aduaneira, incidem sobre o valor dos produtos Impostos (II, IPI, PIS e COFINS), seguro e frete que são tributáveis para o ICMS. Levando em conta a incidência do ICMS na importação, a Companhia prevê a realização dos créditos em R\$ 24.480, salientando que são dados preliminares que poderão sofrer reajustes.

Cabe destacar que a integralidade dos créditos registrados nesta rubrica está validada junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul para futura compensação, sendo procedida mensalmente esta validação.

8 DIREITO DE RESSARCIMENTO – CCC / CDE

Esta rubrica é composta pelos valores a receber decorrentes de subvenção para aquisição de combustíveis fósseis com recursos da Conta de Consumo de Combustível – CCC, e também, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 129/2004. Desde o dia 02 de maio de 2017, a administração do fundo que arrecada os recursos para o reembolso migrou da Eletrobrás para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Companhia tem um saldo a ser reembolsado das aquisições de combustíveis do período entre dezembro de 2016 e março de 2017, período em que o fundo ainda era administrado pela Eletrobras, no valor de R\$ 32.713. Com a migração do fundo para a CCEE, a Companhia estima que haverá atraso no recebimento desse valor, razão pela qual ele foi reclassificado para o ativo não circulante em 30 de junho de 2017.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo total a ser ressarcido para a Companhia tem a seguinte composição:

	30/06/2018	31/12/2017
CDE UTE Candiota III - Fase C	30.494	12.496
CDE UTE Candiota II – Fases A e B	647	783
Total Circulante	31.141	13.279
CDE UTE Candiota III - Fase C	6.875	6.875
CDE UTE Candiota II – Fases A e B	25.838	25.838
Total Não Circulante	32.713	32.713
Total	63.854	45.992

9 ALMOXARIFADO

	30/06/2018	31/12/2017
Material de consumo	24.497	26.343
(-)Provisão para perda	(8.205)	(6.534)
Combustíveis - óleo	612	1.005
Total Circulante	16.904	20.814
Combustíveis - carvão	208.957	205.688
(-)Provisão para perda	(8.320)	(8.320)
Total Não Circulante	200.637	197.368
Total	217.541	218.182

O estoque de combustíveis da Companhia é constituído, em sua grande maioria, por carvão mineral. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia prevê que haverá prioritariamente o consumo do estoque de carvão mineral consignado à CCC/CDE em 2018, que corresponde a 796.741 t, perfazendo o valor de R\$ 44.647. Assim, o estoque de carvão mineral de propriedade da Companhia, está registrado como ativo não circulante. O estoque de total de carvão mineral está apresentado no quadro abaixo:

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	30/06/2018	
	Quantidade (Toneladas)	Valor (R\$ mil)
Carvão Mineral CGTEE	4.962.731	208.957
Carvão Mineral Consignado	752.873	43.384
TOTAL	5.715.604	252.341

Os demais estoques da Companhia são de peças, componentes, materiais de consumo e insumos utilizados no processo de geração de energia. Têm características de não obsolescência em função de que os equipamentos ou processos em que serão utilizados continuam em operação. Estão valorados pelos custo médio de aquisição.

10 IMOBILIZADO

O saldo foi assim movimentado em 30 de junho de 2018:

	31/12/2017	Adições	Transferências curso/serviço	Baixas	30/06/2018
Em serviço	3.521.107	3.802	12.211	(252)	3.536.868
Depreciação	(2.134.129)	(30.661)	-	252	(2.164.538)
Em curso	55.912	18.499	(12.224)	-	62.187
Total Geração	1.442.890	(8.360)	(13)	-	1.434.517
Em serviço	22.600	3	13	(142)	22.474
Depreciação	(10.828)	(450)	-	142	(11.134)
Em curso	-	6	-	-	6
Total Administração	11.772	(442)	13	-	11.344
<i>Impairment</i> Fase C	(362.631)	-	-	-	(362.631)
<i>Impairment</i> Fase B	(366.308)	-	-	-	(366.308)
<i>Impairment</i> outras unidades	(21.698)	-	-	-	(21.698)
Total Provisões	(750.637)	-	-	-	(750.637)
Total	704.025	(8.801)	-	-	695.224

No exercício de 2017, o saldo foi assim movimentado:

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2016	Adições	Transferências curso/serviço	Baixas	31/12/2017
Em serviço	3.482.924	-	38.281	(99)	3.521.107
Depreciação	(2.071.460)	(62.762)	(9)	93	(2.134.129)
Em curso	79.910	14.439	(38.437)	-	55.912
Total Geração	1.491.374	(48.323)	(165)	(6)	1.442.890
Em serviço	22.518	-	165	(83)	22.600
Depreciação	(9.922)	(986)	-	74	(10.828)
Em curso	-	-	-	-	-
Total Administração	12.596	(49.309)	-	(15)	11.772
<i>Impairment</i> Fase C	-	(362.631)	-	-	(362.631)
<i>Impairment</i> Fase B	(356.066)	(10.242)	-	-	(366.308)
<i>Impairment</i> outras unidades	(21.698)	-	-	-	(21.698)
Total Provisões	(377.764)	(372.873)	-	-	(750.637)
Total	1.126.206	(422.182)	-	(15)	704.025

O saldo do imobilizado, por unidade, sem a provisão para *impairment*, em 30 de junho de 2018, está assim composto:

Unidade	30/06/2018	31/12/2017
UTE Presidente Médici (Fase A)	12.760	13.041
UTE Presidente Médici (Fase B)	351.876	354.375
UTE Candiota III (Fase C)	1.070.092	1.076.898
UTE Nutepa	3.245	3.331
UTE São Jerônimo	4.062	4.228
Oficina São Leopoldo	492	509
Sede administrativa	3.334	2.280
Total	1.445.861	1.454.662

Atendendo orientação da ANEEL, contida no Ofício nº 965/2002-SFF/ANEEL, de 7 de outubro de 2002, a Companhia tem sob sua guarda bens (materiais e equipamentos) recebidos da União destinados a empreendimentos da Companhia, em regime especial de utilização, sem

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ônus para a Companhia, no valor de R\$ 189.292, tendo como base a data de 30 de abril de 2000, conforme avaliação constante do Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 19, de 28 de janeiro de 2000. Este valor não será incorporado ao ativo imobilizado da Companhia e, portanto, não está sujeito à indenização quando do término do prazo de concessão.

Sobre os ativos operacionais das usinas da Companhia não pairam garantias fiduciárias ou judiciais em 30 de junho de 2018.

As taxas de depreciação aplicadas em 30 de junho de 2018 são as definidas pela resolução normativa ANEEL nº 674/2015, e estão demonstradas no quadro a seguir:

	<u>2017 e 2018</u>
Geração	
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento ciclo térmico	4,55%
Equipamentos da tomada d'água	3,70%
Edificações - casa de força	2,00%
Edificações - outras	3,33%
Máquinas e equipamentos	2,00 a 6,67%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Turbina a vapor	4,00%
Veículos	14,29%
Administração	
Máquinas e equipamentos	6,25%
Móveis e utensílios	6,25%
Veículos	14,29%

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 INTANGÍVEL

Em 30 de junho de 2018, o ativo intangível apresentou a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>30/06/2018</u>
Em serviço				
Custo	14.095	-	-	14.095
Amortização	(13.363)	(202)	-	(13.565)
Em curso				
Custo	1.235	44	-	1.279
Total	<u>1.967</u>	<u>(158)</u>	<u>-</u>	<u>1.809</u>

No exercício de 2017, o saldo foi assim movimentado:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2017</u>
Em serviço				
Custo	14.095	-	-	14.095
Amortização	(12.704)	(659)	-	(13.363)
Em curso				
Custo	902	332	-	1.235
Total	<u>2.293</u>	<u>327</u>	<u>-</u>	<u>1.967</u>

O saldo de ativos intangíveis em serviço, bem como o das adições do período, refere-se a aquisições de direito de uso de *softwares*. A taxa anual de amortização utilizada pela Companhia é a prevista no MCPSE, aprovada pela Resolução ANEEL nº 674/2015, relativa ao Tipo de Bem - TIB 205, item 205.01 (Direito), 205.02 (Marca) e 205.03 (Patente) - 20% ao ano.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 FORNECEDORES

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Materiais e serviços	21.536	23.099
Suprimento de energia elétrica (a)	36.811	37.445
Encargos de uso da rede elétrica	4.572	4.764
Aquisição de combustíveis (b)	20.933	19.273
Total circulante	<u>83.852</u>	<u>84.581</u>
Aquisição de combustíveis (b)	16.555	16.555
Total não circulante	<u>16.555</u>	<u>16.555</u>
Total	<u><u>100.407</u></u>	<u><u>101.136</u></u>

(a) Suprimento de energia elétrica

O saldo é composto das aquisições de energia elétrica para revenda a liquidar, das estimativas de exposição da Companhia na CCEE, e da provisão para ressarcimento às distribuidoras quando a geração de energia, pela Companhia, não for suficiente para cumprir os contratos..

(b) Aquisição de combustíveis

Houve renegociação da quantidade de compra de carvão para a UTE Candiota III - Fase C, que passou de 1,7 milhões de toneladas em 2016 para 1,2 milhões de toneladas a partir de 2017. Para a UTE Presidente Médici – Fases A e B, não há mais compra de carvão a partir de 2017.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

13.1 Composição

	30/06/2018				
	Encargos	Circulante	Total circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional Eletrobras	338.504	873.254	1.211.758	1.958.783	3.170.541
Total Moeda nacional	338.504	873.254	1.211.758	1.958.783	3.170.541
Total	338.504	873.254	1.211.758	1.958.783	3.170.541

	31/12/2017				
	Encargos	Circulante	Total circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional Eletrobras	232.749	735.024	967.773	2.054.865	3.022.638
Total Moeda nacional	232.749	735.024	967.773	2.054.865	3.022.638
Total	232.749	735.024	967.773	2.054.865	3.022.638

Os financiamentos e empréstimos existentes foram tomados, em sua totalidade, junto à Eletrobras, e se destinaram a viabilizar a construção da UTE Candiota III (Fase C) e, também, para viabilizar as compras de energia que a Companhia necessitou nos últimos exercícios. Os financiamentos e empréstimos não geram gravames sobre os bens patrimoniais da Companhia. As garantias oferecidas são constituídas sobre os contratos de suprimento de energia mantidos com as distribuidoras.

13.2 Composição dos saldos por indexador

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Selic	1.253.841	1.206.868
IPCA	632.008	604.340
CDI	1.284.692	1.208.945
Juros contratuais	-	2.484
Total	<u>3.170.541</u>	<u>3.022.637</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.3 Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2019	326.281	354.988
2020	326.265	318.487
2021	283.895	318.472
2022	256.360	276.102
2023	236.467	252.740
Após 2023	529.515	534.076
Total Não Circulante	<u>1.958.783</u>	<u>2.054.865</u>

13.4 Movimentação dos financiamentos e empréstimos

Movimentação empréstimos	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2017	967.773	2.054.864	3.022.637
Ingressos		-	-
Encargos	105.847	44.576	150.423
Renegociações	-	-	-
Transferências	140.657	(140.657)	-
(-) Amortizações do principal	(2.519)	-	(2.519)
(-) Amortizações dos encargos	-	-	-
Saldo em 30/06/2018	1.211.758	1.958.783	3.170.541

Movimentação empréstimos	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2016	377.963	2.302.480	2.680.443
Ingressos	8.576	-	8.576
Encargos	226.563	116.036	342.599
Renegociações	-	-	-
Transferências	363.652	(363.652)	-
(-) Amortizações do principal	(8.981)	-	(8.981)
(-) Amortizações dos encargos	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	967.773	2.054.864	3.022.637

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As liquidações de empréstimos ocasionadas por renegociações de contratos não foram consideradas atividades de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por não representarem movimentos de caixa.

14 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

TRIBUTOS A RECOLHER	30/06/2018	31/12/2017
PIS/PASEP	240	282
COFINS	1.119	1.307
ISS de terceiros	122	128
IRPJ, CSLL, PIS/PASEP/COFINS de terceiros	92.127	61.033
INSS	1.460	1.673
SENAI/SESI	93	70
FGTS	-	473
Total	95.161	64.966

15 ENCARGOS SETORIAIS

	30/06/2018	31/12/2017
RGR	19.957	28.781
TFSEE	132	135
Total circulante	20.089	28.916
RGR	-	-
Total não circulante	-	-
Total	20.089	28.916

A Companhia recolhe, por determinação da ANEEL, cotas da Reserva Global de Reversão (RGR) e da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE). A TFSEE e a RGR são apropriadas e recolhidas mensalmente com valores estipulados pela ANEEL. A Companhia recolhe, por determinação da ANEEL, cotas da Reserva Global de Reversão (RGR) e da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE). A TFSEE é apropriada e recolhida mensalmente, com valores estipulados pela ANEEL. A RGR é apropriada mensalmente pela competência e recolhida conforme despacho ANEEL de cálculo da projeção da taxa RGR para o ciclo corrente e encontro de contas de dois exercícios anteriores. Para o ciclo 2017/2018, que compreende o período entre Julho/2017 a

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Junho/2018, a ANEEL publicou o Despacho n. 2927 de 13 de setembro de 2017, onde efetuou o cálculo da projeção do ciclo 2017/2018 e a conciliação de ajustes do exercício de 2015.

16 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Folha de pagamento	2.157	2.404
Encargos - Folha de pagamento	976	1.976
Provisão de férias	1.250	2.319
Provisão gratificação de férias	43	167
Provisão de 13º salário	1.681	416
INSS s/ provisão de férias e 13º salário	1.013	1.195
FGTS s/ provisão de férias e 13º salário	238	286
Outras obrigações estimadas	-	560
Total	<u>7.358</u>	<u>9.323</u>

17 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 30 de junho de 2018, o passivo contingente teve a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2017</u>	Constituições/ Atualizações	<u>Reversões</u>	<u>30/06/2018</u>
Trabalhistas (a)	70.031	429	-	70.460
Cíveis (b)	343.929	51.816	-	395.745
Tributárias (d)	6.882		(5.014)	1.868
Ambientais (e)	41.861	2.937	-	44.798
Subtotal	<u>462.703</u>	<u>55.182</u>	<u>(5.014)</u>	<u>512.871</u>

(a) Contingências trabalhistas

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências prováveis

Com base na opinião do escritório Dutra Villa & Dutra Villa Advogados Associados, a Companhia possui provisão no valor de R\$ 70.460 em 30 de junho de 2018 (R\$ 70.031 em 31 de dezembro de 2017) para cobrir as causas judiciais com risco de perdas prováveis.

Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais em diversos processos trabalhistas, para garantir a continuidade da discussão dos litígios.

Demonstramos estes valores no quadro abaixo:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Depósitos judiciais	17.323	15.444
Total	<u>17.323</u>	<u>15.444</u>

Contingências possíveis

Com base na opinião do escritório Dutra Villa & Dutra Villa Advogados Associados, existem processos trabalhistas classificados como de perda possível no valor de R\$ 89.139 em 30 de junho de 2018 (R\$ 83.947 em 31 de dezembro de 2017). Deste total, R\$ 26.003 referem-se a ações de empregados terceirizados dispensados da empresa EMS Eletromecânica Silvestrini LTDA., em função do término do contrato entre essa empresa e a Companhia. A EMS encontra-se em recuperação judicial, e a Companhia pode ter que responder solidariamente à EMS nas indenizações desses empregados, a probabilidade de perda das ações movidas por ex empregados passou de remota para possível.

(b) Contingências cíveis

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências prováveis

Nos processos judiciais nos quais a Eletrobras CGTEE figura no pólo passivo, a assessoria jurídica e os escritórios contratados da Companhia estimam, como perda provável, o saldo de R\$ 395.745 em 30 de junho de 2018 (R\$ 343.929 em 31 de dezembro de 2017).

Processo nº. 0026448-59.2002.4.01.3400

Trata-se de ação ordinária que busca anular despacho da ANEEL que determinou que a AES-SUL retificasse valores definidos como lucro referentes à venda da energia de Itaipu. Sobreveio sentença de improcedência da ação e extinção do processo com resolução do mérito. Em síntese, a sentença apontou que, considerando o contexto legislativo que permeia o quadro fático, reforçado pelo entendimento tardio da própria agência reguladora, corroborado pelo entendimento de mais de 30 concessionárias, a correta interpretação das regras de mercado homologadas pela Resolução 290/00 é a de que o item 2.11.2 das regras de mercado trazia a obrigação do registro das quantidades de energia de Itaipu contratadas pelas concessionárias quotistas, em compatibilidade plena com o art.10 da Resolução 290/00, pelo que não havia a possibilidade ou não da opção pela contratação do “alívio de exposição”. Irresignada, a AES-SUL interpôs apelação que foi julgada procedente, reformando-se a sentença como segue: por unanimidade, rejeitar as preliminares de ilegitimidade passiva ad causam da ANEEL, de impossibilidade jurídica do pedido e de falta de interesse de agir, nos termos do voto da Relatora e, por maioria, rejeitar as prejudiciais de prescrição e decadência; e no mérito, por maioria, dar provimento à apelação da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. e declarar prejudicadas as apelações e recursos adesivos interpostos pelas demais empresas. Os réus apresentaram embargos de declaração que foram julgados improcedentes. Interpostos embargos infringentes que aguardam julgamento. O valor provisionado foi de(R\$ 3.464 em 30 de junho de 2018) (R\$ 3.237 em 31 de dezembro de 2017).

Processo 2143521-58.2010.8.21.0001

Trata-se de ação visando à condenação da CGTEE a compor prejuízos causados ao KfW por suposto danos decorrentes de garantias supostamente prestadas pela CGTEE. Requer o KfW

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a condenação da CGTEE ao pagamento de (i) dano patrimonial no valor de R\$ 2.853; e (ii) dano moral a ser arbitrado em fase de liquidação.

Em 17 de agosto de 2010, foi distribuída a ação. Em 05 de dezembro de 2016, foi proferida sentença que julgou (i) procedente a ação indenizatória ajuizada pelo KfW, tendo condenado a CGTEE ao pagamento de indenização por danos patrimoniais no valor histórico de R\$ 2.853 e danos morais no valor histórico de R\$ 4.544; e (ii) extinta sem resolução de mérito a reconvenção proposta pela CGTEE. Em 13 de dezembro de 2016, a CGTEE opôs embargos de declaração em face da referida sentença. No momento, aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração opostos pela CGTEE.

De acordo com o Escritório Demarest Advogados Associados, responsável pelo processo, a probabilidade de perda é provável, sendo provisionado o valor de R\$ 25.528 em 30 de junho de 2018 (R\$ 24.102 em 31 de dezembro de 2017).

Processo 2-12 0 236/12

Postula o Banco KfW a cobrança das obrigações oriundas dos empréstimos em desfavor da CGTEE, a qual figurava como avalista do referido empréstimo, considerando as amortizações vencidas (contabilizadas as multas contratuais), juros de empréstimo vencidos, juros de mora sobre amortizações vencidas e indenização por danos. A CGTEE não reconhece os avais, havendo, inclusive, ação em trâmite com provas da falsidade dos avais. A CGTEE recebeu o Ofício nº 2677/2013/CGCI-DRCI-SNJ-MJ, de 12/04/2013, do Ministério da Justiça, que encaminha Carta Rogatória de notificação de ação de cobrança do KfW junto ao Tribunal Regional de Frankfurt. A Carta Rogatória tomou o nº 7988/DE (2013/0109413-6) junto ao STJ. Refere-se a cobrança da garantia de 4 (quatro) contratos da Usina Termelétrica Winimport S/A. Já foram realizadas 3 audiências na Alemanha. O Escritório NOER LLP comunicou a sentença condenatória de 20/05/2016 da Eletrobras CGTEE em favor de KfW no valor estimado de EUR 74.825. Apelação interposta em 23/06/2016. As razões da apelação foram apresentadas em 27/09/2016. A etapa seguinte será a manifestação do KfW acerca do recurso. De acordo com o Escritório NOER LLP, a probabilidade de perda é provável e o valor de R\$ 364.390 foi provisionado em 30 de junho de 2018 (R\$ 314.470 em 31 de dezembro de 2017).

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processo 001/1.13.0273514-5

Thorga Engenharia Industrial SA ingressou com ação de cobrança na qual requer o pagamento de valores a título de Hora-Extra da CGTEE, alegando que teve que pagar tal rubrica a seus empregados, mas que, quando apresentados tais valores à empresa ré, esta não teria os reconhecido. Através de sentença, o Juízo Ad Quo julgou procedente a ação nos seguintes termos do dispositivo: JULGO PROCEDENTE o pedido promovido por THORGA ENGENHARIA INDUSTRIAL S.A. contra COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE ELETROBRAS, CONDENADA a requerida ao pagamento de R\$ 699.585,98 (seiscentos e noventa e nove mil, quinhentos e oitenta e cinco reais, com noventa e oito centavos de real), corrigidos, segundo variações do IGPM, a partir do ingresso, mais juros de 1% a.m., estes, da citação, além de custas e honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor da condenação, atendidas as diretrizes dos incisos I a IV do §2º do art. 85 do NCPC6. A Eletrobras CGTEE interpôs apelação que aguarda julgamento. De acordo com a Assessoria Jurídica da Companhia, a probabilidade de perda é provável em 30 de junho de 2018, e o valor de R\$ 1.522 foi provisionado (R\$ 1.422 em 31 de dezembro de 2017).

Contingências possíveis

Com possibilidade de perda possível, a Companhia identificou processos cíveis no valor de R\$ 53.073 em 30 de junho de 2018 (R\$ 57.115 em 31 de dezembro de 2017), não provisionados.

Processo 001/1.13.0298211-8

Trata-se de ação de indenizatória ajuizada pela empresa EMS Eletromecânica Silvestrini LTDA, através da qual a autora busca o valor de R\$ 28.952, sob a alegação de enriquecimento sem causa da ré, ocorrência de danos materiais e danos morais em virtude do contrato de prestação de serviços de apoio técnico. Alega a autora que houve erro de cálculo do BDI no Edital. Após sucessivos desdobramentos processuais, o processo encontra-se na fase probatória. Em decorrência dos prejuízos alegados, solicita danos materiais e danos morais, atribuindo à causa o valor de R\$ 31.633, não provisionados (R\$ 29.560 em 31 de dezembro de 2017).

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processo 001/1.14.0039179-3

Ajuizado pela empresa EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda., através da qual reclama valores glosados decorrentes de penalidades por descumprimentos parciais do contrato e valores que foram penhorados na Justiça Trabalhista. A Companhia apresentou defesa no sentido de sustentar a legalidade das penalidades aplicadas, decorrentes de cláusulas contratuais, bem como o cumprimento de decisão judicial para depósito de valores penhorados pela Justiça Trabalhista. Atualmente, o processo está na fase probatória. O valor estimado do processo é de R\$ 3.932, não provisionados (R\$ 3.674 em 31 de dezembro de 2017).

Processo 001/1.14.0060829-6

Ajuizado pela empresa EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda., através da qual solicita a nulidade de penalidade aplicada decorrente de inexecução total do contrato, com a liberação da garantia contratual oferecida. A Companhia está elaborando defesa sustentando a legalidade da penalidade aplicada. Atualmente, o processo está na fase probatória. O valor estimado do processo é de R\$ 5.068, não provisionados (R\$ 4.735 em 31 de dezembro de 2017).

Processo 001/1.16.0051361-2

Trata-se de ação indenizatória visando à condenação da CGTEE a compor prejuízos causados ao KfW por suposto danos decorrentes de garantias supostamente prestadas pela CGTEE. Requer o KfW a condenação da CGTEE ao pagamento de (i) dano patrimonial, no valor de R\$ 8.945. O processo foi julgado improcedente. Processo está na fase de recurso. De acordo com a assessoria jurídica da Companhia, a probabilidade de perda é remota. O valor estimado do processo é de R\$ 9.572 em 30 de junho de 2018.

Processo 001/1.14.0325853-9

A Fundação CEEE ingressou com ação ordinária contra a Eletrobras CGTEE na qual requer a condenação desta ao pagamento das contribuições previdenciárias privadas devidas nos termos do Artigo 42 do Regulamento do Plano Único de Benefícios Previdenciários. Também

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

requer a condenação da Eletrobras CGTEE ao pagamento do valor integral da reserva matemática constante do Mapa de Cobrança nos termos do Artigo 42 do Regulamento do Plano. O processo está na fase probatória. Valor histórico da causa R\$ 5.058. De acordo com a assessoria jurídica da Companhia, a probabilidade de perda é possível, valor atual em 30 junho de 2018 em R\$ 5.526 (R\$ 5.164 em 31 de dezembro de 2017).

(c) Ativos contingentes

Processo nº.5069345-68.2014.4.04.7100

A Eletrobras CGTEE interpôs ação ordinária contra a ANEEL objetivando a cobrança de valores exigidos pelo ressarcimento por geração abaixo da disponibilidade decorrentes da aplicação da cláusula 14 dos contratos (CCEAR) celebrados pela CGTEE tendo em vista o empreendimento Candiota III – Fase C. Julgado procedente em primeiro grau, com a revogação da cláusula 14 retroativamente a 11/03/2013 e condenação da ANEEL a restituir os valores pagos de 13/03/2013 a 07/10/2013, atualizados pela TR, mais juros de mora de 0,5% ao mês a partir da citação. A ANEEL interpôs apelação, distribuída à 4ª Turma do TRF, sem previsão de julgamento. Segundo o escritório responsável, CURVELO ADVOGADOS ASSOCIADOS, a probabilidade de êxito é possível. Valor atribuído à causa R\$ 85.689.

Processo 0031902-29.2016.4.01.3400

A Eletrobras CGTEE interpôs ação ordinária contra a ANEEL perante a Justiça Federal em Brasília, a fim de que seja declarado ilegal o cálculo da taxa de indisponibilidade efetuado pela ANEEL na base horária, com a consequente declaração do direito da Eletrobras CGTEE ao cálculo da taxa de indisponibilidade aplicando-se a média dos últimos sessenta meses nos termos do Edital de Leilão 002-2005, do Artigo 5, Parágrafo Único, Inciso II da Resolução 169 de 2005 e das Portarias de Autorização do MME 181-2006 e 304-2008. Também foi requerido que seja condenada a ANEEL à realização dos cálculos da taxa de indisponibilidade com base na média dos últimos sessenta meses de forma retroativa desde a entrada em operação comercial da UTE Candiota III, ressarcindo à Eletrobras CGTEE os valores indevidamente cobrados. O pedido liminar foi indeferido. Interposto agravo de instrumento que aguarda

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

juízo. O processo foi julgado improcedente. Está na fase recursal. O valor da causa são R\$ 585.022. A probabilidade de êxito é possível, mesmo diante da decisão improcedente.

Processo 5033160-60.2016.4.04.7100

A Eletrobras CGTEE interpôs ação ordinária contra a ANEEL e a CCEE perante a Justiça Federal do Rio Grande do Sul, a fim de que as Rés sejam compelidas a não transferirem para a AUTORA o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais, das quais não façam parte, relativas aos efeitos dos atuais valores de GSF sobre geradores hidrelétricos, em todas as liquidações realizadas pela CCEE no curso desta ação, bem como se abstenham de lhes aplicar qualquer sanção daí decorrente, até o julgamento da lide. A liminar foi deferida, sendo que a Eletrobras CGTEE voltou a receber recursos nas liquidações financeiras da CCEE. A ANEEL agravou da liminar e derrubou a decisão. A ação principal foi julgada procedente. Está na fase recursal. O valor histórico da causa são R\$ 154.459. A probabilidade de êxito é possível.

(d) Contingências tributárias na esfera administrativa (Secretaria da Receita Federal)

Contingências prováveis

Com possibilidade de perda provável, a Companhia é parte em processos administrativos fiscais perante a Secretaria da Receita Federal que totalizam R\$ 1.867 em 30 de junho de 2018, provisionados (R\$ 6.882 em 31 de dezembro de 2017).

Em relação aos autos de infração em trâmite na Receita Federal abaixo referidos, oriundos do desembaraço aduaneiro de peças e equipamentos para a construção da Candiota III (Fase C), conforme informado pelo escritório Franceschini Oliveira Advogados Associados, os processos são assim classificados:

Auto de Infração 11050.720909/2011-70, valor histórico R\$ 933. A probabilidade de perda é provável em 30 de junho de 2018, e o valor de R\$ 1.867 foi provisionado (R\$ 1.709 em 31 de dezembro de 2017).

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências possíveis

Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte em processos administrativos fiscais perante a Secretaria da Receita Federal que totalizam R\$ 50.680 em 30 de junho de 2018 (R\$ 24.886 em 31 de dezembro de 2017), não provisionados.

Em relação aos autos de infração em trâmite na Receita Federal abaixo referidos, oriundos do desembaraço aduaneiro de peças e equipamentos para a construção da Candiota III (Fase C), conforme informado pelo escritório Franceschini Oliveira Advogados Associados, os processos são assim classificados:

Auto de Infração 11050.720150/2011-25, valor histórico R\$ 4.923, probabilidade de perda possível (R\$ 4.505 em 31 de dezembro de 2017).

Auto de Infração 11080.903518//2017-27, valor histórico R\$ 18.060, probabilidade de perda possível (R\$ 16.876 em 31 de dezembro de 2017).

(e) Contingências ambientais na esfera administrativa (IBAMA)

A Companhia atualmente é parte em ações ambientais com classificação provável de R\$ 44.799 já provisionadas. Em causas possíveis as ações apresentam o valor de R\$ 111.304 e pela classificação apresentada não se encontram provisionadas.

Autos de Infração nºs 1160.9076520, 9089069, 9089070

Em setembro de 2016, o IBAMA notificou a Eletrobras CGTEE mediante os autos de infração acima, referente a aplicação de multas que totalizam R\$ 73.934. Os objetos dos autos de infração consistem em penalidades decorrentes de violação dos padrões de emissão atmosféricas e efluentes líquidos no Complexo Termoelétrico de Candiota. A Eletrobras CGTEE apresentou defesa, classifica-se a probabilidade de perda como possível

Para acompanhar esses processos, foi contratado o escritório especializado Milaré Advogados.

(f) Outras questões ambientais

Usina termelétrica Presidente Médici

Em 13 de abril de 2011, foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), entre a Eletrobras CGTEE, IBAMA, Eletrobras, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente e União, por intermédio da Advocacia Geral da União, para a adequação ambiental das Fases A e B da Usina Presidente Médici, localizada em Candiota - RS. O TAC inicialmente previa uma série de obrigações para a Eletrobras CGTEE até 31 de agosto de 2014. Em 16 de agosto de 2013, foi celebrado o Primeiro Aditamento ao TAC, que prevê obrigações para a Eletrobras CGTEE até 31 de dezembro de 2017.

As obrigações deste TAC foram satisfeitas pelo encerramento da atividades da UPME, culminando com o desligamento da máquina 1 da Fase A em 31 de dezembro de 2017.

18 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

18.1 Plano de previdência complementar

A Companhia mantém um programa de benefícios previdenciários pós-emprego, complementar ao programa da Previdência Social, administrado pela Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, da qual é patrocinadora por contrato de adesão não solidário.

A Fundação ELETROCEEE é uma entidade fechada de previdência complementar de característica multipatrocinada, sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para administração de planos de benefícios previdenciários.

O plano de suplementação (Plano Único) é do tipo "benefício definido", com regime financeiro de capitalização, em que contribuem a Companhia e o empregado. Participam do programa os empregados admitidos na Companhia. Os benefícios garantidos pelo programa são os seguintes:

suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, pecúlio, suplementação de pensão, auxílio reclusão, auxílio doença e complementação do abano anual.

Os ativos do plano são mantidos separadamente dos da Companhia e são contabilizados e controlados pela Fundação ELETROCEEE.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Permanecem as premissas do laudo atuarial de 31 de dezembro 2017.

18.2 Programa de incentivo ao desligamento de pessoal

A Companhia, em conjunto com a Eletrobras, aplicou, em 2013, um programa de incentivo ao desligamento de pessoal – PID para seus colaboradores, restando deste plano amortizações do plano de saúde.

Em 2018, a Companhia, também em conjunto com a Eletrobras, instituiu um novo programa de desligamento: o PDC (Programa de Desligamento Consensual)). Estes programas visam o desligamento escalonado até dezembro de 2018.

A Companhia estimou os gastos em R\$ 1.980, provisionados em março de 2018.

Os gastos a seguir são:

	30/06/2018	31/12/2017
Provisão indenizações - PAE /PDVE2017/PDC 2018	1.410	11.344
Plano de Saúde para empregados - PID 2013 /PAE-PDVE/2017	1.391	921
Total Circulante	2.801	12.265
Plano de saúde para empregados /PAE/PDVE/2017	4.761	4.231
Total não circulante	4.761	4.231
Total	7.562	16.496

19 REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A Companhia tem o seguinte saldo de dividendos a distribuir, relativos aos resultados dos exercícios de 2010 e de 2011:

	30/06/2018	31/12/2017
Dividendos a distribuir		
Eletrobras	96.803	93.868
Outros	26	26
Total	96.829	93.894

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue movimentação em 30 de junho de 2018:

Saldo em 31/12/2017	93.894
(+/-) Variação monetária sobre dividendos não distribuídos	2.935
Saldo em 30/06/2018	96.829

20 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia tomou recursos junto a sua controladora para futuro aumento de capital. As obrigações advindas destas origens de recursos estão registradas no passivo não circulante. A movimentação dos adiantamentos para futuro aumento de capital em março está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	Ingressos	Variação Monetária	30/06/2018
AFACs Eletrobras	781.655	85.593	30.239	897.487
Total	781.655	85.593	30.239	897.487

O somatório referente ao ingresso de AFAC em 30 de junho de 2018, R\$ 76.091, foi utilizado da seguinte forma: R\$ 57.260 foi diretamente para abatimento de passivo com fornecedor de energia, assim, a Companhia não incluiu esse saldo como atividade de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por não representar movimento de caixa. Os reflexos dessa movimentação compõem a variação dos saldos das atividades operacionais, na Demonstração dos Fluxos de Caixa. R\$ 28.333 foi aplicado no pagamento da primeira parcela do contrato de investimento em overhaul, representando atividade de investimento.

21 OUTROS PASSIVOS

	30/06/2018	31/12/2017
Pesquisa e desenvolvimento (i)	29.471	28.005
Credores diversos (ii)	16.587	14.133
Total	46.058	42.138

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Pesquisa e desenvolvimento

A Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000 dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, estabelecendo em seu artigo 2º que "as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento".

A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 alterou a Lei nº 9.991, estabelecendo em seu artigo 12, que do total aplicado anualmente em pesquisa e desenvolvimento devem ser destinados 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, 20% para o Ministério de Minas e Energia - MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos e 40% em projetos desenvolvidos pela própria empresa.

Alinhado com as novas orientações para a realização de projetos de P&D, a Companhia está procurando investir no desenvolvimento de tecnologias para inovação do sistema de combustão do carvão e biomassa, mitigação ambiental e eficiência energética.

(ii) Credores diversos

A Companhia registra neste grupo apropriações de contas a pagar pelo reconhecimento de obrigações para fins operacionais diversos.

22 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Imposto de renda

O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social estão sendo calculados pelo regime de apuração do lucro real anual, de acordo com o artigo 2º da Lei no 9.430/1996.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Em 30 de junho de 2018, a Companhia acumula prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro, de caráter imprescritível, nos valores de R\$ 3.795.383 (R\$ 3.496.667 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 3.795.619 (R\$ 3.496.903 em 31 de dezembro de 2017) respectivamente. O CPC 32 - Tributos sobre os Lucros estabelecem condições para o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização do ativo fiscal diferido. O ativo fiscal diferido sobre tais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não foi reconhecido nas demonstrações financeiras considerando que as condições para registro não estão asseguradas. Tais ativos apresentam os seguintes valores, em 30 de junho de 2018, respectivamente, R\$ 948.822 (R\$ 874.143 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 341.606 (R\$ 314.721 em 31 de dezembro de 2017).

(c) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/06/2018		30/06/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(362.259)	(362.259)	(505.545)	(505.545)
Efeitos líquido de provisões temporariamente não dedutíveis - constituídas/(realizadas)	62.715	62.715	121.169	121.169
	(299.544)	(299.544)	(384.376)	(384.376)
Despesas não dedutíveis	828	828	4	4
Lucro real e base da CSLL antes das compensações	(299.716)	(299.544)	(384.372)	(384.372)
Compensações (prejuízos fiscais e Base negativa da CSLL)				
Base de cálculo do IRPJ e CSLL após compensações	(298.716)	(298.716)	(384.372)	(384.372)
Alíquota aplicável (Considerando Adicional 10% Luc. Superior a R\$ 240 mil)	-	-	-	-
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	(298.716)	(299.716)	(384.372)	(384.372)

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 Capital social

O capital social, totalmente integralizado, é composto por ações ordinárias nominativas, sem valores nominais, pertencentes a acionistas domiciliados no país.

As ações estão distribuídas conforme segue:

	Quantidade de ações em 30/06/2018			
	Ordinárias	Total	Saldo em R\$ mil	Percentual
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	8.161.020.279	8.161.020.279	845.461	99,993%
Outros	592.355	592.355	77	0,007%
Subtotal	8.161.612.634	8.161.612.634	845.538	100,000%
(-) Ações em tesouraria	(224.279)	(224.279)	(28)	-
Total	8.161.612.634	8.161.612.634	845.510	100,000%

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	30/06/2018	30/06/2017
Suprimento de energia elétrica	207.613	225.800
Venda de cinzas	1.355	867
Aluguéis	12	12
Total receita operacional bruta	208.980	226.679
ICMS	(157)	(81)
PIS/PASEP	(3.575)	(2.968)
COFINS	(16.470)	(13.675)
Total impostos e contribuições	(20.202)	(16.724)
RGR	(5.439)	(5.775)
P&D	(1.805)	(2.005)
Total encargos setoriais	(7.244)	(7.780)
Total deduções à receita operacional	(27.447)	(24.504)
Total	181.534	202.175

Os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR's) do 1º leilão de energia nova preveem ressarcimento às concessionárias clientes, por parte da Companhia, nos casos de indisponibilidade na geração das usinas da Companhia. A Companhia contabiliza sua receita com base no valor líquido a receber, já considerando eventuais ressarcimentos, conforme regras de comercialização da CCEE.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2018			30/06/2017		
	Custo operacional	Despesa operacional	Total	Custo operacional	Despesa operacional	Total
Energia comprada para revenda	(105.130)	-	(105.130)	(105.138)	-	(105.138)
Encargos de uso da rede	(23.834)	-	(23.834)	(23.471)	-	(23.471)
Pessoal	(30.000)	(6.619)	(36.619)	(76.302)	(28.659)	(104.961)
Materiais	(36.007)	(751)	(36.758)	(30.273)	(781)	(31.054)
Serviços de Terceiros	(17.057)	(1.610)	(18.667)	(27.341)	(3.743)	(31.084)
Depreciação e Amortização	(28.600)	(395)	(28.995)	(31.245)	(595)	(31.840)
Provisões para contingências	-	(55.327)	(55.327)	-	(74.719)	(74.719)
Matéria-Prima e Insumos Prod. Energia Elétrica (-)	(59.384)	-	(59.384)	(66.708)	-	(66.708)
Recup.Despesas Subvenção Combustíveis	49.689	-	49.689	48.367	-	48.367
Outras	(13.566)	(4.385)	(17.951)	(6.611)	(8.229)	(14.840)
Total	(263.889)	(69.087)	(332.976)	(318.722)	(116.726)	(435.448)

25.1 Energia comprada para revenda

Em 2018, assim como em 2017, a Companhia precisou adquirir energia elétrica para não ser penalizada por insuficiência de lastro físico, conforme regras de mercado.

A Companhia mantém contratos de compra de energia junto à Eletronorte, que totalizam 135 MW médios mensais até dezembro de 2019, e 109 MW médios entre janeiro de 2020 e dezembro de 2023. Para demandas adicionais, a Companhia recorre ao Mercado de Curto Prazo da CCEE.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.2 Pessoal

A Companhia, em conjunto com as demais empresas do grupo Eletrobras, realiza um processo de readequação de seu quadro de pessoal. Na Eletrobras CGTEE Foram instituídos dois programas de incentivo ao desligamento de pessoal (PAE e PDVE), que previam desligamentos escalonados até Janeiro de 2018. Até 31 de Julho aderiram, 206 no total, terão uma contrapartida financeira, para a qual foi provisionado, em 30 de junho de 2017, o valor de R\$ 46.141, o que explica o aumento nos gastos de pessoal no período. O programa de desligamento foi reaberto até 30 de setembro de 2017 quando aderiram mais 13 empregados. Em 30 de setembro de 2017 o saldo da provisão apresenta o valor de de R\$ 29.591, sendo R\$ 23.488 no passivo circulante e R\$ 6.569 no passivo não circulante. Em 2018 foi instituído o PDC, com valor provisionado de R\$ 1.980.

26 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Rendimento de aplicações financeiras	1.344	2.665
Variações monetárias e cambiais ativas	-	23
Outras receitas financeiras	48	681
Total receitas	<u>1.392</u>	<u>3.369</u>
Encargos da dívida (i)	(209.373)	(270.803)
Variações cambiais passivas	(65)	-
Outras despesas financeiras	(3.027)	(5.109)
Total despesas	<u>(212.465)</u>	<u>(275.912)</u>
Total	<u>(211.073)</u>	<u>(272.543)</u>

(i) Encargos da dívida

O saldo crescente de empréstimos da Companhia ocasionou uma diminuição verificado nas despesas com encargos da dívida entre o primeiro semestre de 2018.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e o chefe da auditoria interna.

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Remuneração	(495)	(1.282)
Encargos sociais	(148)	(376)
Benefícios	(71)	(117)
Total	<u>(714)</u>	<u>(1.775)</u>

28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: contas a receber de clientes, direito de ressarcimento, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado.

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Recebíveis		
Clientes	96.929	98.388
Direito de ressarcimento - CCC/CDE	30.141	13.279
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	18.477	59.984
Total ativos financeiros	<u>146.547</u>	<u>171.651</u>
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	3.170.540	3.022.638
Fornecedores	100.407	101.136
Total passivos financeiros	<u>3.270.947</u>	<u>3.123.774</u>

A Companhia não efetuou em 30 de junho de 2017, operações com características de derivativos, definidos no CPC 48 - "Instrumentos Financeiros".

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia mantém contratos de fornecimentos de Carvão com a CRM - Companhia Rio-grandense de Mineração, para atender suas unidades de produção em Candiota/RS. Em relação a estes contratos, a Companhia detém direitos de recebimento de subvenção para aquisição de combustíveis para produção de energia através da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), administrada pela Eletrobras. Desta forma, a maior parcela dos gastos com combustíveis destinados à geração é subsidiada.

29 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

A Companhia pressupõe que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a eventual estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

A Companhia aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

- i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);
- iii) Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo, a Companhia apresenta o saldo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:

	30/06/2018	
	Nível 1	Total
Caixa e equivalentes de caixa	18.477	18.477
Total	18.477	18.477

	31/12/2017	
	Nível 1	Total
Caixa e equivalentes de caixa	59.984	59.984
Total	59.984	59.984

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos, quando mantidos pela Companhia, são incluídos no Nível 1.

A Companhia não mantém instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), tais instrumentos, quando existem, têm seus valores determinados mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Acrescenta-se, também, que a Companhia não detém instrumentos financeiros classificáveis no Nível 3. Os instrumentos financeiros são classificáveis neste nível quando ma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O CPC 48 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento": estabeleceu mecanismos para a divulgação do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos, ou não, nas demonstrações financeiras. Todos os ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras e outros), incluídos nas presentes demonstrações financeiras intermediárias, não apresentam diferenças entre o valor de mercado e o contábil.

30 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar sua estrutura de capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução dos seus custos.

Os índices de alavancagem financeira podem ser sumariados conforme a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017
Financiamentos e empréstimos	3.170.540	3.022.638
Fornecedores	100.407	101.136
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(18.477)	(59.984)
(-) Conta de consumo de combustíveis - CCC/CDE	(63.854)	(45.992)
Dívida líquida	3.188.616	3.017.798
Passivo a descoberto	(3.885.740)	(3.523.480)
Total do capital	(697.124)	(505.682)
Índice de alavancagem financeira	-457,4%	-596,8%

31 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico/financeiros da Companhia.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia não apresentou, em 31 de março de 2018, passivos em moeda estrangeira.

b) Risco com taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa.

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivos		
Selic	1.253.841	1.206.868
IPCA	632.008	604.340
Juros contratuais (CDI)	1.284.692	1.211.429
Total	<u>3.170.541</u>	<u>3.022.637</u>

c) Risco de liquidez

A Companhia atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Passivos	30/06/2018			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	83.852	2.365	7.095	7.095
Empréstimos e financiamentos	1.211.758	673.475	531.299	786.816
Obrigações estimadas	7.358	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	897.487	-	-
Total	1.302.968	1.573.327	538.394	793.911

Passivos	31/12/2017			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	84.581	2.365	7.095	7.095
Empréstimos e financiamentos	967.773	673.475	594.574	786.816
Obrigações estimadas	9.329	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	781.654	-	-
Total	1.061.683	1.457.494	601.669	793.911

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações permitindo que a Companhia identifique se irá encontrar dificuldades que possam afetar a capacidade de pagamento da empresa, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Risco de preço

Com a Lei nº 12.783/2013, a remuneração das concessionárias geradoras hídricas passa a ser por tarifa determinada pela ANEEL. Já os contratos da Companhia se mantêm inalterados até a divulgação, pela ANEEL, das regras de renovação das concessões térmicas. Nas situações em que a Companhia precisa adquirir energia para complementar sua geração própria, ela o faz no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ficando, assim, exposta à variação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

e) Risco quanto à escassez de energia no mercado

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas reduz o volume de água dos reservatórios das usinas e resulta em aumento dos custos da energia elétrica. Para honrar os contratos, eventualmente, há necessidade de aquisição de montante de energia no mercado, suscetíveis ao risco acima.

f) Risco de não atendimento ao despacho

Quando as usinas térmicas são despachadas pelo ONS (despacho por mérito) para otimização do sistema, o despacho por mérito é limitado à disponibilidade da usina (índices de indisponibilidades - TEIP e TEIF), e estes índices entram no cálculo da garantia física.

(i) Os índices de indisponibilidades (TEIP e TEIF) ajustam a garantia física da usina.

(ii) Quando a soma dos 12 meses das garantias físicas for menor que a soma dos 12 meses dos contratos (lastro de venda) o agente é penalizado.

Pelas regras de mercado, o agente pode firmar contrato de compra de energia para constituir sua garantia física e assim reduzir sua exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) e reduzir a penalidade por insuficiência de lastro.

A exposição ao mercado de curto prazo é calculada com base no PLD.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A penalidade será determinada com base no montante de insuficiência de lastro multiplicado pela média ponderada mensal dos PLD's dos períodos de apuração em que se verificou a insuficiência de lastro ou o Valor Anual de Referência (VR), o que for maior.

32 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

32.1 Moeda estrangeira

A Companhia não mantém ativos ou passivos em moeda estrangeira em 30 de junho de 2018.

32.2 Taxa de juros

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas, junho de 2018. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros variável.

a) Depreciação dos índices

Passivos	Saldo em 30/06/2018	Cotação			Valor em milhares de R\$		
		Cenário provável em 2019	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário provável em 2019	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Selic	1.253.841	0,0793	0,0595	0,0397	1.353.271	1.328.413	1.303.556
IPCA	632.008	0,0426	0,0319	0,0213	658.932	652.201	645.470
CDI	1.284.692	0,0767	0,0575	0,0384	1.383.228	1.358.594	1.333.960
Total	3.170.541				3.395.431	3.339.208	3.282.986

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Apreciação dos índices

Passivos	Saldo em 30/06/2018	Cotação			Valor em milhares de R\$		
		Cenário provável em 2019	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário provável em 2019	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Selic	1.253.841	0,0793	0,0991	0,1190	1.353.271	1.378.128	1.402.985
IPCA	632.008	0,0426	0,0533	0,0639	658.932	665.662	672.393
CDI	1.284.692	0,0767	0,0959	0,1151	1.383.228	1.407.862	1.423.496
Total	3.170.541				3.395.431	3.451.652	3.507.875

33 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada integral da Eletrobras. Até 30 de junho de 2018, a Companhia realizou transações com empresas do grupo Eletrobras conforme demonstrado abaixo:

Ativos	Clientes	Direito de ressarcimento - CCC/CDE	30/06/2018	31/12/2017
CEAL	49	-	49	179
CEPISA	305	-	305	293
ELETROBRAS	-	-	-	-
Total do ativo	354	-	354	472

Passivos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Dividendos a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	30/06/2018	31/12/2017
FURNAS	105	-	-	-	105	105
CHESF	513	-	-	-	513	170
ELETROSUL	222	-	-	-	222	166
ELETRONORTE	25	-	-	-	25	95
ELETROBRAS	50	3.255.050	96.792	897.487	4.249.379	3.956.288
Total do passivo	890	3.255.050	96.792	897.487	4.250.244	3.956.824

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receitas	Venda de energia	Ressarcimento de combustíveis	30/06/2018	31/12/2017
CEAL	28	-	28	1.769
CEPISA	518	-	518	5.370
ELETROBRAS	-	-	-	-
Total da receita	546	-	546	7.139

Despesas	Compra de energia	Uso da rede elétrica	Encargos sobre empréstimos e fornecedores	Atualização de dividendos a distribuir	30/06/2018	31/12/2017
FURNAS	-	(3.552)	-	-	(3.552)	(5.152)
CHESF	-	(3.083)	-	-	(3.083)	(4.383)
ELETROSUL	-	(1.339)	-	-	(1.339)	(2.383)
AMAZONAS GT	-	(164)	-	-	(164)	-
ELETRONORTE	(115.400)	(1.855)	(913)	-	(118.198)	(209.657)
ELETROBRAS	-	-	(209.373)	(2.935)	(212.308)	(499.224)
Total da despesa	(115.400)	(10.023)	(210.286)	(2.933)	(338.644)	(720.799)

34 COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os principais compromissos operacionais de longo prazo da Companhia são os seguintes:

a) Venda de energia

A Companhia fornece energia de acordo com contratos firmados através de leilões de energia. Como compromisso de longo prazo, está apenas o 1º leilão de energia de novos empreendimentos, com contratos vigentes até o ano de 2024.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos estimados relativos à venda de energia para os próximos anos estão mostrados a seguir:

	Venda de energia 1º leilão	
	R\$ mil	MWh
2019	474.699	1.988.520
2020/2021	949.398	3.977.040
2022/2023	949.398	3.977.040
2024	474.699	1.988.520
Total	2.848.194	11.913.120

b) Aquisição de combustíveis

A Companhia adquire carvão mineral da Companhia Rio-grandense de Mineração (CRM), com a seguinte previsão para os próximos exercícios:

	Aquisição de carvão	
	R\$ mil	Toneladas
2019	89.946	1.200.000
2020/2021	179.892	2.400.000
2022/2023	179.892	2.400.000
Após 2023 (quota bianual)	89.946	1.200.000
Total	539.676	7.200.000

c) Aquisição de insumos

A Companhia adquire cal, para controle das emissões atmosféricas da UTE Candiota III (Fase C), com a seguinte previsão para os próximos exercícios:

	Aquisição de cal	
	R\$ mil	Toneladas
2019	29.352	1.205.280
2020/2021	58.704	2.178.432
2022/2023	58.704	1.946.304
Após 2023	29.352	973.152
Total	176.112	6.303.168

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Compra de energia

A Companhia mantém contratos de compra de energia com a Eletronorte. Abaixo, segue previsão de desembolso para os próximos exercícios:

	Compra de energia	
	R\$ mil	MWh
2019	228.948	1.166.400
2020/2021	457.896	1.883.520
2022/2023	457.896	1.883.520
Após 2023	228.948	1.166.400
Total	1.144.740	4.933.440

Ricardo Luiz de Souza Licks
Diretor Presidente Interino

Tomé Aumary Gregório
Diretor de Finanças e de Gestão Corporativa

Felipe Ferreira Rodrigues
Diretor de Geração Interino

Nelson Batista Prestes
Contador CRC-RS 46.431